

Terapia Comunitária como metodologia de Desenvolvimento Comunitário

Cecília Galvani*

Colaboração: Coletivo Pontos de Encontro

A Terapia Comunitária (TC)

Há cerca de 20 anos, em Fortaleza (CE), na Favela de Pirambu – Comunidade de 4 Varas, nascia uma metodologia totalmente brasileira de “intervenção em comunidades, por meio de encontros interpessoais e intercomunitários” (L. Andrade, I. Barreto, A. Barreto e M. Oliveira, 2008).

Criada pelo psiquiatra, antropólogo e professor do Departamento de Saúde Comunitária da Universidade Federal do Ceará (UFC), Adalberto Barreto, a Terapia Comunitária tem origem no encontro de duas realidades: do *saber científico* – formal, produzido nas universidades com o *saber popular* - não formal, produzido pela experiência de vida e nossa(s) ancestralidade(s).

Nasce da compreensão de que as diferenças se complementam, de que não existe saber melhor ou mais importante que outro e que o encontro dessas diferenças pode gerar soluções pertinentes.

Segundo A. Barreto, a identidade da TC está alicerçada em 5 grandes eixos teóricos, são eles: Pensamento Sistêmico, Teoria da Comunicação, Pedagogia de Paulo Freire, Antropologia Cultural e Resiliência.

Influenciado por esta “brasilidade” e premissas o Instituto Lina Galvani escolheu a Terapia Comunitária como sua principal metodologia de trabalho, propondo-se a ultrapassar os limites da função da TC “original”, voltada para a *Atenção Primária em Saúde*.

O Instituto Lina Galvani e a Terapia Comunitária

Inicialmente a Terapia Comunitária (TC) foi utilizada pelo Instituto Lina Galvani (ILG) como instrumento para um primeiro contato com as pessoas das novas localidades de atuação.

Tal encontro era chamado de “Café com o Instituto” e acontecia no formato de rodas de conversa, ou mesmo o que denomina-se Rodas de Terapia Comunitária, em locais públicos, como escolas e salões paroquiais.

Mobilizavam-se as principais lideranças, bem como representantes do poder público e da empresa Galvani, porém sempre enfatizando o caráter democrático de tal encontro, no qual todas as pessoas empenhadas em discutir questões de interesse comunitário eram bem vindas.

A experiência foi exitosa porque possibilitou o contato humano não hierarquizado, quebrando barreiras e resistências típicas de uma aproximação como esta. O uso da TC viabilizou conversas colaborativas entre atores dos diferentes setores (público, privado e sociedade civil).

Avaliando esta experiência, a partir da demanda por Diagnósticos em três novas localidades de atuação, identificamos que a TC poderia cumprir também a função de *instrumento de diagnóstico participativo*.

Para tanto, ao longo de 2009 realizaram-se em média quatro encontros em cada uma dessas localidades, com o mesmo caráter explicitado acima.

Finalizados os Diagnósticos, realçamos dois aspectos fundamentais para o bom andamento do trabalho com o uso da TC como ferramenta:

- 1 - estabelecer uma relação de confiança entre os atores participantes do processo.
- 2 - clarear o papel do ILG enquanto entidade neutra, de articulação e mediação.

A Terapia Comunitária e o Desenvolvimento Comunitário

Como inspiração para sua atuação em *desenvolvimento comunitário* o ILG se apóia na definição trazida por Célia Schlithler¹, de que este

“Acontece quando há desenvolvimento de capital humano, ou seja, fomento ao protagonismo da comunidade e aumento do capital social – capacidade de articulação dos atores e organizações dos três setores.”

Outra idéia presente é a de *desenvolvimento comunitário baseado em talentos e recursos locais*, metodologia discutida no livro com o mesmo nome, de Lylia e Rogério Arns Neumann. A metodologia propõe uma mudança de paradigma, enxerga a comunidade através de seus recursos e possibilidades e não de seus problemas e limitações. Concepção que amplia consideravelmente o campo de atuação.

Assim, como o próprio A. Barreto propõe, o ILG parte da premissa de que a comunidade traz o problema, mas também a solução. E que para trabalhar o desenvolvimento comunitário, faz-se necessário o fortalecimento das pessoas bem como dos vínculos sociais, para que a própria comunidade sinta-se capaz de gerenciar suas demandas.

Essas referências de *desenvolvimento comunitário* conversam e muito com propósitos da TC, evidenciando o potencial desse encontro:

- Ir além do unitário para atingir o comunitário;
- Sair da dependência para a autonomia e a co-responsabilidade;
- Sair da verticalidade das relações para a horizontalidade;
- Desconstruir a atitude de descrença para ressaltar o potencial de cada um e da comunidade;

¹ Célia R. B. Schlithler é formada em serviço social pela PUC-SP e especializada em redes e grupos operativos. Desde 1997 atua como consultora de institutos, fundações e empresas em projetos de formação de redes sociais e de desenvolvimento comunitário. É autora do livro "Redes de Desenvolvimento Comunitário: iniciativas para transformação social".

- Romper com o clientelismo para chegar à autonomia;
- Romper com o modelo de concentração da informação para promover a circulação de saberes e trocas colaborativas;
- Romper com o isolamento entre o "saber científico" e o "saber popular";
- Promover a consciência crítica e a cidadania.

Conclusão

O modelo da TC enquanto instrumento de atuação pressupõe uma mudança de paradigma, a organização se apresenta como articuladora, viabilizando a construção de um ambiente de confiança e autonomia para que a própria comunidade possa identificar suas inquietações e encontrar soluções.

A proposta traz desafios importantes para a organização, tais como: sair do lugar do saber, cooperar ao invés de julgar, transpor o assistencialismo e valorizar o processo tanto quanto o resultado.

“Estamos convencidos de que enquanto os indivíduos não entenderem as implicações humanas e contextuais de seus sofrimentos e não tiverem o senso de co-responsabilidade, não haverá desenvolvimento sustentável possível.”
(Barreto, 2007)

Bibliografia

BRASIL. Ministério da Saúde. **O SUS e a Terapia Comunitária**. Fortaleza, 2008.

Site IDIS – Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social. **Redes Sociais de Desenvolvimento Comunitário - Uma forma estratégica de transformação social é a articulação de redes intersetoriais de desenvolvimento comunitário, representantes do setor privado, do setor público e de organizações da sociedade civil**. Disponível em

<http://www.idis.org.br/iscom/redes-sociais-de-desenvolvimento-comunitario>.

Acessado em 27 set. 2010.

BARRETO, Adalberto. As dores da alma dos excluídos do Brasil. In: GRANDESSO, Marilene, BARRETO, Miriam Rivalta (org). **Terapia Comunitária – Tecendo Redes para a Transformação Social, Saúde, Educação e Políticas Públicas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

** Cecília Galvani é fundadora e atual presidente do Instituto Lina Galvani. Formada em Psicologia pela PUC-SP no ano de 2001, desde 2004 vem estudando e trabalhando com a Terapia Comunitária e pesquisando sua relação também com a promoção do desenvolvimento comunitário. Desenvolveu uma metodologia que já vem sendo aplicada desde 2008, propiciando o fortalecimento, autonomia e a criação de redes sociais solidárias por onde passa. Como responsável pelos Programas e Projetos do Instituto Lina Galvani, recebeu prêmios de reconhecimento pelos resultados alcançados e sistematizou a experiência de 5 anos de um Projeto de capacitação profissional na favela do Jaguaré (SP).*